

JOURNAL *of* LAW *and* REGULATION

May 2020

REFLEXÕES SOBRE A ARQUITETURA JURÍDICA DOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA. AFINAL, SÃO REALMENTE NECESSÁRIOS?

A (SOBRE)REGULAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU SOBRE ATIVIDADES-FIM DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: ANÁLISE DO JULGAMENTO DAS BANDEIRAS TARIFÁRIAS À LUZ DO TRILEMA REGULATÓRIO

JUDICIÁRIO E ESTADO ADMINISTRATIVO – EXPERIÊNCIA AMERICANA APLICA-SE AO BRASIL?

APLICAÇÃO DE REGULAÇÃO RESPONSIVA E REDES DE GOVERNANÇA NA REGULAÇÃO DA SEGURANÇA DE BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO NO BRASIL

REGULAÇÃO DE NOVOS MERCADOS E INOVAÇÃO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO ESTADO EMPREENDEDOR E DO INTERESSE PÚBLICO

A REGULAÇÃO BASEADA EM GESTÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE NO DISTRITO FEDERAL: HOUE CESSÃO DO DEVER CONSTITUCIONAL DE MORALIDADE AO AGENTE ECONÔMICO PRIVADO?

DA REGULAÇÃO RESPONSIVA À REGULAÇÃO INTELIGENTE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DESENHO REGULATÓRIO DO SETOR DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS NO BRASIL

REGULAÇÃO DO LOBBY NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA DOS GRUPOS DE MANCUR OLSON E DA TEORIA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA DA REGULAÇÃO

MODELOS DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR A PARTIR DA TEORIA DA REGULAÇÃO RESPONSIVA: UM ESTUDO COMPARADO

UNIVERSITY OF BRASILIA
School of Law
Center on Law and Regulation

CC BY 4.0
Free Cultural Work

The University of Brasilia Law School Alumni donates paperback versions of this journal to Law School libraries abroad

Permanent Identifier for the Web
The Journal and each article individually at

LexML
<http://lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:revista:2015;001079346>

Volume 1, Issues 1 and 2, May 2015 and October 2015 (21 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 2, Issues 1 and 2, May 2016 and October 2016 (30 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 3, Issues 1 and 2, May 2017 and October 2017 (26 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 4, Issues 1 and 2, May 2018 and October 2018 (22 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 5, Issues 1 and 2, May 2019 and October 2019 (14 double-blind peer-reviewed articles published)
Volume 6, Issue 1, May 2020 (9 double-blind peer-reviewed articles published)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R454 Revista de Direito Setorial e Regulatório = Journal of Law and Regulation / Núcleo de Direito Setorial e Regulatório = Research Center on Law and Regulation. - v.6, n.1 - (2020) - Brasília: Universidade de Brasília, 2020.
v. 6

ISSN 2446-550X
EISSN 2446-5259

1. Direito - Periódicos. 2. Regulação. I. Núcleo de Direito Setorial e Regulatório. II. Título: Revista de Direito Setorial e Regulatório.

CDU: 349

ANVUR (Agenzia Nazionale di Valutazione del Sistema Universitario e della Ricerca)
Area 12 - Scienze giuridiche : Scientificità riconosciuta.

© THE AUTHORS 2020. PUBLISHED BY THE UNIVERSITY OF BRASILIA SCHOOL OF LAW RESEARCH CENTER ON LAW AND REGULATION. THIS IS AN OPEN ACCESS JOURNAL DISTRIBUTED UNDER THE TERMS OF THE CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION 4.0 INTERNATIONAL (CC BY 4.0), WHICH PERMITS TO REPRODUCE AND SHARE THE LICENSED MATERIAL, IN WHOLE OR IN PART, PRODUCE, REPRODUCE, AND SHARE ADAPTED MATERIAL, PROVIDED THE ORIGINAL WORK IS NOT ALTERED OR TRANSFORMED IN ANY WAY, AND THAT THE WORK IS PROPERLY CITED.

REVISTA *de* DIREITO SETORIAL *e* REGULATÓRIO

Maio de 2020

REFLEXÕES SOBRE A ARQUITETURA JURÍDICA DOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA. AFINAL, SÃO REALMENTE NECESSÁRIOS?

A (SOBRE)REGULAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU SOBRE ATIVIDADES-FIM DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: ANÁLISE DO JULGAMENTO DAS BANDEIRAS TARIFÁRIAS À LUZ DO TRILEMA REGULATÓRIO

JUDICIÁRIO E ESTADO ADMINISTRATIVO - EXPERIÊNCIA AMERICANA APLICA-SE AO BRASIL?

APLICAÇÃO DE REGULAÇÃO RESPONSIVA E REDES DE GOVERNANÇA NA REGULAÇÃO DA SEGURANÇA DE BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO NO BRASIL

REGULAÇÃO DE NOVOS MERCADOS E INOVAÇÃO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO ESTADO EMPREENDEDOR E DO INTERESSE PÚBLICO

A REGULAÇÃO BASEADA EM GESTÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE NO DISTRITO FEDERAL: HOUVE CESSÃO DO DEVER CONSTITUCIONAL DE MORALIDADE AO AGENTE ECONÔMICO PRIVADO?

DA REGULAÇÃO RESPONSIVA À REGULAÇÃO INTELIGENTE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DESENHO REGULATÓRIO DO SETOR DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS NO BRASIL

REGULAÇÃO DO LOBBY NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA DOS GRUPOS DE MANCUR OLSON E DA TEORIA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA DA REGULAÇÃO

MODELOS DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR A PARTIR DA TEORIA DA REGULAÇÃO RESPONSIVA: UM ESTUDO COMPARADO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Direito
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

J.L.R. Masthead

Journal of Law and Regulation

ISSN 2446-550X – EISSN 2446-5259

University of Brasilia Center on Law and Regulation (School of Law)

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

Campus Universitário de Brasília

Brasília, DF, CEP 70919-970

Caixa Postal 04413, Brasil

Tel.: +55(61)3107-0713

ndsr@unb.br

Periodicity

The J.L.R. publishes two annual issues released on May and October uninterrupted since May 2015.

Mission/Scope/Focus/Areas of Expertise/Emphasis

The Journal of Law and Regulation mission is to publish legal and interdisciplinary analyses on regulated sectors phenomena, such as, but not limited to, sanitation, education, health, energy, natural resources, telecommunications, land transportation, civil aviation, manufacturing, agriculture, shipping, navigation and navigable waters, trade and exchange, financial system, and so forth, emphasizing national and foreign experiences through the lenses of regulatory theories.

INFORMATION FOR AUTHORS AND READERS

Submission process and Criteria for the Double-Blind Peer Review Process

The journal hosts only original articles and the authors are requested to submit them through the website of the University of Brasilia Center on Law and Regulation (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>). The journal adopts the double-blind peer review process and each reviewer rates the article according to the article quality (10%), theoretical relevance (10%), originality (10%), adherence to the journal's topics of interest (10%), manuscript presentation (10%), reviewer's assessment (50%).

Languages

The journal accepts articles in Portuguese, English, Spanish, French and Italian.

Format for in-text Citations and References

The journal adopts the ABNT NBR (Brazilian Association of Technical Standards) citation and reference format.

Abstract and Keywords

The journal adopts structured abstracts with clear indication of purpose, methodology/approach/design, findings, practical implications, and originality/value of the papers. Keywords should depict the actual content of the article and be limited to five, according to the ABNT NBR 6028 standard.

Authorship of the paper

Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors and their specific contribution should be listed at the end of the article after the double-blind peer review process. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged in a footnote or listed as contributors. All authors should be identified in a footnote after the review process with their academic status, institutional activities and email.

Copyright

The journal is an open access journal distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0), which permits to reproduce and share the licensed material, in whole or in part, produce, reproduce, and share adapted material, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited.

Disclosure and Conflicts of Interest

All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.

Examples of potential conflicts of interest which should be disclosed include employment, consultancies, stock ownership, honoraria, paid expert testimony, patent applications/registrations, and grants or other funding. Potential conflicts of interest should be disclosed at the earliest stage possible.

Disclaimer and Liability

The editorial board accepts articles for educational and informational purposes only and should not be used to replace either official documents or professional advice. The information contained in this journal is not guaranteed to be up to date and does not provide legal advice. Any views expressed in the published articles are exclusively of their authors and should not be construed as an endorsement by the University of Brasilia or the editorial board of the article content or authors' views.

Expediente da RDSR

Revista de Direito Setorial e Regulatório

ISSN 2446-550X – E-ISSN 2446-5259

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

Campus Universitário de Brasília

Brasília, DF, CEP 70919-970

Caixa Postal 04413, Brasil

Tel.: +55(61)3107-0713

ndsr@unb.br

Periodicidade

A RDSR publica números semestrais em maio e outubro de forma ininterrupta desde maio de 2015.

Missão/Escopo/Enfoque/Temática/Ênfase

A Revista de Direito Setorial e Regulatório da UnB tem por missão a publicação de artigos sobre fenômenos setoriais e regulatórios sob o enfoque exclusivamente jurídico ou interdisciplinar, alcançando todos os temas de interesse dos diversos setores regulados, tais como saneamento, educação, saúde, energia, recursos naturais, telecomunicações, radiodifusão, transportes terrestres, transportes marítimos, navegação de cabotagem, navegação interior, aviação civil, sistema financeiro, infraestrutura aeroportuária, produção agrícola, produção industrial, entre outros, com ênfase na análise de bases empíricas setoriais nacionais e internacionais a partir de teorias regulatórias.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES E INFORMAÇÕES AOS LEITORES

Submissão de artigos e Critérios para Dupla Revisão Cega por Pares

A Revista de Direito Setorial e Regulatório somente aceita artigos originais, que devem ser submetidos exclusivamente no sítio eletrônico do Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília por intermédio do sistema eletrônico de submissões (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>), que adota o método de revisão duplo cego por pares, apoiados nos critérios de qualidade do conteúdo (10%), relevância teórica ou prática (10%), originalidade (10%), adequação à temática da Revista (10%), apresentação do trabalho (10%), recomendação geral do especialista revisor (50%).

Idiomas aceitos

A Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos escritos em português, inglês, espanhol, francês ou italiano.

Normas Bibliográficas e de Citações

A Revista adota o formato ABNT NBR (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para citações e referências bibliográficas.

Resumos e Palavras-Chave

A Revista adota o modelo de resumos estruturados, mediante clara indicação do propósito, metodologia/abordagem/design, resultados, implicações práticas e originalidade/relevância do artigo. As palavras-chave devem refletir o real conteúdo do artigo, limitadas a cinco descritores, e conforme norma ABNT NBR 6028.

Autoria

A autoria dos artigos submetidos à Revista de Direito Setorial e Regulatório deve estar limitada às pessoas que tenham contribuído significativamente à concepção, design, execução ou interpretação dos resultados. Todos que tiverem contribuído significativamente para o trabalho devem ser listados como coautores, inserindo-se, posteriormente ao processo de revisão cega por pares, ao final do artigo, a indicação da contribuição de cada autor. Quando alguém houver participado em momentos específicos e relevantes do projeto de pesquisa pertinente, a ele(a) deve-se atribuir a condição de auxílio à pesquisa e referidos em nota de rodapé de agradecimento. Os autores devem estar identificados, após processo de revisão cega por pares, com sua formação pregressa e vinculação institucional, inclusive email.

Direitos Autorais

A Revista de Direito Setorial e Regulatório é de acesso aberto, nos termos da licença *Creative Commons Attribution 4.0 International* (CC BY 4.0), que permite a reprodução e o compartilhamento do material licenciado, no todo ou em parte, a produção, reprodução e compartilhamento do material adaptado, condicionado a que o trabalho original não seja alterado ou transformado de qualquer modo e que o trabalho seja adequadamente citado.

Conflito de Interesse

Todos os autores devem divulgar em seus artigos qualquer conflito de interesse, seja financeiro ou de outra natureza, que possa levar a influenciar os resultados ou a interpretação dos seus artigos. Todas as fontes de financiamento para o projeto de pesquisa pertinente devem ser divulgadas. Exemplos de conflitos de interesse potenciais que devem ser divulgados incluem vínculos empregatícios, consultorias, participação acionária, honorários, perícia, registro de patentes, prêmios ou outro tipo de financiamento. Conflitos de interesse potenciais devem ser divulgados o quanto antes.

Indicação de Responsabilidade

A Comissão Editorial da Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos com a finalidade de divulgação científica, educacional ou meramente informativa. A Revista não deve ser utilizada como substitutivo a pesquisa de documentos oficiais ou à consulta profissional. Embora o Corpo Editorial da Revista preze pela qualidade e precisão de todos os artigos publicados, não há garantia de que a informação nela contida esteja atualizada, bem como ela não se destina a substituir a necessária consultoria advocatícia para quem dela necessite. Os dados e opiniões emitidas nos artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores correspondentes e não significam que a Universidade de Brasília, a Comissão Editorial ou qualquer membro do corpo editorial endossam seu conteúdo ou pontos de vista.

Editorial Board / Conselho Editorial

Prof. Márcio Iorio Aranha	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Ana Frazão	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Andre Rossi de Oliveira	<i>Utah Valley University, School of Business, Finance and Economics, Orem/UT, USA</i>
Prof. Andreas J. Krell	<i>Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió/AL, BRASIL</i>
Prof. Ang Peng Hwa	<i>Nanyang Technological University, College of Humanities, Arts & Social Sciences, Wee Kim Wee School of Communication and Information, SINGAPORE</i>
Prof. Carina Costa de Oliveira	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Clara Luz Álvarez González de Castilla	<i>Universidad Panamericana, Facultad de Derecho, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Diego Cardona	<i>Universidad de Rosario, Escuela de Administración, Ciencias de la Dirección, Bogotá, COLOMBIA</i>
Prof. Francisco Sierra Caballero	<i>Universidad de Sevilla, Facultad de Comunicación, Sevilla/Andaluzia, ESPAÑA</i>
Prof. Hernán Galperin	<i>University of Southern California, Annenberg School for Communication and Journalism, Los Angeles/CA, USA</i>
Prof. Joaquín Cayón de las Cuevas	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Jorge Luis Tomillo Urbina	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Juan Manuel Mecinas Montiel	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Judith Mariscal	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Liliana Ruiz de Alonso	<i>Universidad San Martín de Porres, Instituto del Perú, Lima, PERÚ</i>
Prof. Lucas Sierra	<i>Universidad de Chile, Escuela de Derecho, Santiago de Chile, CHILE</i>
Prof. Marcos Paulo Veríssimo	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito do Estado, São Paulo/SP, BRASIL</i>
Prof. Maria Célia Delduque Nogueira Pires de Sá	<i>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Programa de Direito Sanitário, Rio de Janeiro/RJ, BRASIL</i>
Prof. Martha Garcia-Murillo	<i>Syracuse University, School of Information Studies, Syracuse/NY, USA</i>
Prof. Nicola Matteucci	<i>Università Politecnica delle Marche, Dipartimento di Scienze Economiche e Sociali, Platform Economics, Industrial Organization, Law and Economics, Ancona/Marche, ITALIA</i>
Prof. Raúl Katz	<i>Columbia University, Columbia Institute for Tele-Information, New York/NY, USA</i>
Prof. Roberto Muñoz	<i>Universidad Técnica Federico Santa María, Departamento de Industrias, Valparaíso/Valparaíso, CHILE</i>
Prof. Sandrine Maljean-Dubois	<i>Université d'Aix-Marseille, Centre d'Etudes et de Recherches Internationales et Communautaires, Aix-en-Provence, FRANCE</i>
Prof. Vinícius Marques de Carvalho	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito Comercial, São Paulo/SP, BRASIL</i>

Executive Coordinator / Coordenadora Executiva

Karina Ellen do Nascimento Miranda

Double-blind Peer-Reviewers / Avaliadores cegos por pares

Alethele Santos, Alfredo Ribeiro da Cunha Lobo, Aline Iramina, Amanda Nunes Lopes Espiñeira Lemos, Ana Becker Salles, Ana Borges de Oliveira, Ana Paula Pasinato, André Augusto Giuriatto Ferraço, Angelo Prata de Carvalho, Arthur Gomes Castro, Bruno Oliveira Tavares de Lyra, Camila Mesquita, Caio Eduardo Cormier Chaim, Carlos Henrique Almeida José e Azevedo, Carlos Prado, Carlos Goettenauer, Carolina Saito da Costa, Catalina Maria Gutierrez Gongora, Claudio Huguet, Cynthia Ruas, Eduarda Moraes Chacon, Fernando Barbelli Feitosa, Fernanda Duarte, Francisco Moreira da Silva Junior, Gabriela Farias Abu-el-Haj, Georgia Maria de Andrade Eufrazio, Gilberto Gomes, Giovana Vieira Porto, Gracemerce Camboim Jatobá e Silva, Hamanda Rafaela Leite Ferreira Vidal de Negreiros, Isabela Maiolino, Isadora França Neves, Izabela Patriota, Joanir Fernando Rigo, João Pedro Antunes Lima da Fonseca Carvalho, Joedson de Souza Delgado, José Afonso Cosmo Júnior, José Vieira, Lauro Brito, Juliana Carvalho de Paiva, Juliana Gonçalves Melo, Karen França de Oliveira, Laís Kimie Oshiro Caldeira, Leonardo Sousa de Andrade, Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti, Luiz Eduardo Araujo, Marcelo César Guimarães, Marcelo de Lima, Marconi Araní Melo Filho, Maria Cristine Branco Lindoso, Maria Luiza Gomes, Martha A. de Carvalho Simões de Lara, Mauro Cesar Santiago Chaves, Mayara Gasparoto Tonin, Mônica Tiemy Fujimoto, Mirna Silva Oliveira, Natalia Lacerda, Orlando Magalhães Maia Neto, Rafael Magalhães Furtado, Regis Dudena, Raianne Coutinho, Renata Cavalcanti de Carvalho Garcia, Roberta de Castro Pimenta, Roberta Gonçalves, Rodrigo Parente Paiva Bentemuller, Rodrigo de Oliveira Santos Rossi, Rosemary Carvalho Sales, Tereza Braga, Vânia Lucia Ribeiro Vieira, Victor Gabriel Rodrigues Viana de Oliveira.

Dear Reader,

We are pleased to introduce the first issue of the sixth volume of the University of Brasilia Journal of Law and Regulation (JLR).

In this issue, we are delighted to include articles on legal architecture of public integrity programs, limits to the Federal Court of Accounts control over independent agencies, responsiveness and networked governance in mining dam safety regulation, regulation on new markets and innovation, management-based regulation of the integrity program in the Federal District of Brazil, freight transport railway regulation, regulation of the lobby in Brazil, and homeschooling models of regulation.

For future issues, we will continue to publish articles on all regulated sectors from law and interdisciplinary perspectives, not least related to advances at the intersection of law and regulatory practice.

We hope you have enjoyed reading the first eleven issues of this journal, and we look forward to a twelfth issue to be released on October 2020.

Sincerely,

Prof. Marcio Iorio Aranha
Editor-in-Chief, Journal of Law and Regulation, University of Brasilia Law School
On behalf of the Editorial Board

Prezado(a) Leitor(a),

Este número da Revista de Direito Setorial e Regulatório (RDSR) da Universidade de Brasília traz vários artigos originais sobre diversos temas relevantes para a teoria e a prática regulatória, cumprindo com a finalidade de agregar olhares inovadores ao fenômeno regulatório.

Neste número, foram inseridos artigos sobre arquitetura jurídica dos programas de integridade pública, (sobre)regulação do TCU sobre atividades-fim das agências reguladoras, o Judiciário e o Estado Administrativo, aplicação da regulação responsiva e redes de governança na regulação da segurança de barragens de rejeitos de mineração, regulação de novos mercados e inovação, regulação baseada em gestão do programa de integridade do Distrito Federal, desenho regulatório responsivo do setor de transporte ferroviário de cargas, regulação do lobby segundo a teoria dos grupos e a teoria processual administrativa da regulação e modelos de educação domiciliar sob o enfoque da teoria da regulação responsiva.

Para os números que se seguirão, estaremos empenhados em dar continuidade à publicação de artigos sobre quaisquer setores regulados em perspectiva estritamente jurídica, como também interdisciplinar, em especial aqueles pertinentes a novas abordagens da relação entre direito e prática regulatória.

Esperamos que tenha apreciado a leitura dos onze primeiros números, no aguardo do décimo segundo número da RDSR a ser publicado em outubro de 2020.

Atenciosamente,

Prof. Marcio Iorio Aranha
Editor, Revista de Direito Setorial e Regulatório, Faculdade de Direito da UnB
Em nome do Conselho Editorial

TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO

REFLEXÕES SOBRE A ARQUITETURA JURÍDICA DOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA. AFINAL, SÃO REALMENTE NECESSÁRIOS? (Camila Bindilatti Carli de Mesquita)

[Reflections about the legal architecture of public integrity programs. So, are they really necessary?]	1
UMA ANÁLISE AMPLIATIVA DA ESFERA DE ATUAÇÃO DO <i>COMPLIANCE</i> PÚBLICO E O <i>DESIGN</i> DEMOCRÁTICO JUSTIFICATIVO DOS PROGRAMAS: A PROPOSTA	2
UM ENQUADRAMENTO JUSTIFICATIVO EM HABERMAS (2012) DOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA: EFETIVIDADE E <i>ENFORCEMENT</i>	5
A regulamentação normativa de interações estratégicas de Habermas (2012): um possível enquadramento justificativo e legitimador do “ <i>compliance</i> ” público	5
O “ <i>enforcement</i> ” dos programas de integridade pública. Lateralidade, persuasão e colaboração	8
OS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA E <i>NUDGES</i> : UMA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO REGULATÓRIA DA ARQUITETURA DE ESCOLHAS	10
Situando os “ <i>nudges</i> ” na presente discussão	10
Os “ <i>nudges</i> ” e a sua eficácia normativa através dos programas de integridade pública	12
PROGRAMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA E O <i>MULTI-LEVEL GOVERNANCE</i> OU GOVERNANÇA DE MULTINÍVEIS: A CAMINHO DA COPARTICIPAÇÃO, DO REFINAMENTO ESTRATÉGICO E DA DECISÃO MULTICENTRADA	14
CONCLUSÃO	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17

A (SOBRE)REGULAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU SOBRE ATIVIDADES-FIM DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: ANÁLISE DO JULGAMENTO DAS BANDEIRAS TARIFÁRIAS À LUZ DO TRILEMA REGULATÓRIO (Francisco Moreira da Silva Junior)

[The (Over)Regulation of the Federal Court of Accounts - FCA on Regulatory Agencies' core activities: analysis of the judgment of the Tariff Flags in light of Regulatory	21
---	----

Trilemma]

INTRODUÇÃO	22
ESTADO REGULADOR SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO COMO SISTEMA AUTOPOIÉTICO: TRILEMA REGULATÓRIO E SOBRRREGULAÇÃO	23
O Estado Regulador e a Autonomia das Agências Reguladoras	23
O Direito como Sistema Autopoiético e o Trilema Regulatório	27
CONTROLE DO TCU SOBRE AS ATIVIDADES-FIM DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E SOBRRREGULAÇÃO: TRILEMA REGULATÓRIO	32
A base normativa do controle do TCU sobre as Agências Reguladoras	32
A sobrrregulação do TCU sobre as agências reguladoras	37
ANÁLISE DE CASO: O JULGAMENTO DAS BANDEIRAS TARIFÁRIAS PELO TCU	38
Origem das Bandeiras Tarifárias e base normativa	40
O julgamento das Bandeiras Tarifárias pelo TCU	41
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

JUDICIÁRIO E ESTADO ADMINISTRATIVO – EXPERIÊNCIA AMERICANA APLICA-SE AO BRASIL? (Rodrigo Parente Paiva Bentemuller)

[Judiciary and Administrative State – Is the American experience applicable to Brazil?]	50
--	-----------

INTRODUÇÃO	51
ESTADO ADMINISTRATIVO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E PODER JUDICIÁRIO	52
ESTADO REGULADOR NO DIREITO BRASILEIRO E PODER JUDICIÁRIO	57
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

APLICAÇÃO DE REGULAÇÃO RESPONSIVA E REDES DE GOVERNANÇA NA REGULAÇÃO DA SEGURANÇA DE BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO NO BRASIL (Gabriela Farias Abu-El-Haj)

[Responsiveness and networked governance in mining dam safety regulation in Brazil]	68
--	-----------

INTRODUÇÃO	69
A FISCALIZAÇÃO DA SEGURANÇA DE BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO: O PAPEL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM	72
AS FALHAS REGULATÓRIAS IDENTIFICADAS NA REGULAÇÃO DA SEGURANÇA DE BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO PELA ANM NO CASO	75

BRUMADINHO E O ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO POPULAR NESSA DINÂMICA TEORIA RESPONSIVA DA REGULAÇÃO APLICADA A PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	81
A APLICAÇÃO DE TEORIA RESPONSIVA COM BASE EM GOVERNANÇA NODAL (REDES) NO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO PELA ANM	90
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

REGULAÇÃO DE NOVOS MERCADOS E INOVAÇÃO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO ESTADO EMPREENDEDOR E DO INTERESSE PÚBLICO (Lucas Sena)

[Regulation of new markets and innovation: a study based on entrepreneurial state and public interest]	99
---	-----------

INTRODUÇÃO	100
MERCADO, NICHOS E DINAMICIDADE	101
REGULAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO	102
CAPITALISMO REGULATÓRIO, REGULAÇÃO RESPONSIVA E ESTADO EMPREENDEDOR NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE NOVOS MERCADOS	107
ESTADO REGULADOR E INOVAÇÃO COMO FERRAMENTA REGULATÓRIA PARA OS NOVOS MERCADOS	110
CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

A REGULAÇÃO BASEADA EM GESTÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE NO DISTRITO FEDERAL: HOUVE CESSÃO DO DEVER CONSTITUCIONAL DE MORALIDADE AO AGENTE ECONÔMICO PRIVADO? (Victor Gabriel Rodrigues Viana de Oliveira)

[The Management-based Regulation of the Integrity Program in the Federal District: Has the constitutional duty of morality been assigned to the private economic agent?]	117
---	------------

INTRODUÇÃO	118
REGULAÇÃO BASEADA EM GESTÃO: O ESTADO INTERVINDO INDIRETAMENTE DENTRO DA EMPRESA	120
Evidências da escolha regulatória	125
ENTENDENDO O PROGRAMA DE INTEGRIDADE DA LEI Nº 6.112/ 2018, ALTERADA PELA LEI Nº 6.308/2019	128
TUTELANDO A MORALIDADE NO AMBIENTE REGULATÓRIO	133

CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

DA REGULAÇÃO RESPONSIVA À REGULAÇÃO INTELIGENTE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DESENHO REGULATÓRIO DO SETOR DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS NO BRASIL (Marconi Arani Mélo Filho)

[From responsive to smart regulation: a critical analysis of freight transport railway sector regulatory design in Brazil]	144
---	------------

INTRODUÇÃO	145
BREVE HISTÓRICO E PANORAMA ATUAL DO SETOR FERROVIÁRIO DE TRANSPORTE DE CARGAS NO BRASIL	147
DA REGULAÇÃO RESPONSIVA À REGULAÇÃO INTELIGENTE: BREVE SÍNTESE DAS TEORIAS APOIADAS NA RESPONSABILIDADE	149
COTEJO DO MARCO LEGAL REGULATÓRIO DO SETOR FERROVIÁRIO FEDERAL COM AS TEORIAS ENUNCIADAS	154
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

REGULAÇÃO DO LOBBY NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA DOS GRUPOS DE MANCUR OLSON E DA TEORIA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA DA REGULAÇÃO (Juliana Gonçalves Melo)

[Lobby Regulation in Brazil: Reflections from Mancur Olson's Group Theory and Administrative Procedural Theory of Regulation]	164
--	------------

INTRODUÇÃO	165
O LOBBY E A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA	167
REGULAÇÃO DO LOBBY NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	169
REGULAÇÃO DO LOBBY NO BRASIL: PROJETO DE LEI Nº 1.202/2007	172
REGULAÇÃO DO LOBBY SOB A ÓTICA DA TEORIA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA DA REGULAÇÃO	175
CONCLUSÃO	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179

**MODELOS DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR A PARTIR DA TEORIA DA
REGULAÇÃO RESPONSIVA: UM ESTUDO COMPARADO (Fernanda
Duarte F. Freitas)**

[Homeschooling models under the Theory of Regulation: a comparative study]	182
INTRODUÇÃO	183
UNCLE SAM'S HOUSE: A EXPERIÊNCIA AMERICANA COM O HOMESCHOOLING	184
Regulação norte-americana	186
Parâmetros regulatórios presentes nos estados americanos	187
REGULAÇÃO DO HOMESCHOOLING NO BRASIL: LIMITES JURÍDICOS	191
Educação básica: regulamentação	191
Educação domiciliar no Brasil: uma proposta responsiva	195
Regulação do homeschooling no Brasil: um modelo proposto	197
CONCLUSÃO	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200

Journal Info and Manuscript Submission Process

[Dados da Publicação e Normas para Submissão de Manuscritos]	203
---	------------